

Constituinte: Congresso quer um culpado.

26 OUT 1985

Mais que o próprio governo, a opinião pública ficou desapontada e frustrada com o adiamento da votação do substitutivo à emenda do Planalto que convoca a Constituinte — e isso era reconhecido ontem por alguns ministros, em Brasília. “Foi um incidente de percurso”, procurou justificar o chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, na tentativa de minimizar a reação do governo. “Houve um complicador inesperado”, completou, referindo-se à subemenda Jorge Uequed, que anistiava militares cassados e tanta polêmica causou na madrugada da votação em que foi rejeitada.

No Congresso, o adiamento da emenda da Constituinte não provocou maiores comentários. O assunto mais discutido do dia foi a rejeição da emenda Uequed, para o que os parlamentares procuravam buscar um culpado. O vice-líder do PMDB, senador Fábio Lucena, identificou esse culpado no próprio presidente de seu partido, Ulysses Guimarães, e estendeu a responsabilidade ao presidente Sarney — segundo ele, “por terem cedido às pressões dos militares”.

Não faltou, porém, quem considerasse essas críticas a Ulysses como injustas. O senador Benedito Ferreira (PDS-GO) interrompeu Lucena para afirmar que não houve pressão do Planalto para que a matéria fosse rejeitada. Mas revelou também que ouviu informações seguras de que os três ministros militares ameaçavam demitir-se na hipótese de êxito da emenda da anistia.

A defesa de Ulysses ainda foi feita pelo deputado Thomaz Nonô, na liderança do PFL. “Ele votou de acordo com a posição do governo que tem a sustentação de seu partido, o PMDB”, constatou Nonô. “O texto de anistia aprovado por Ulysses, que consta do substitutivo Giavarina, é mais amplo que a emenda Uequed, pois esta só beneficiava os militares.”

Para outros parlamentares, contudo, Ulysses não tem defesa. “Ele comandou a fuga, a retirada”, assinalou o malufista José Fernandes (PDS-AM). “A lealdade de Ulysses ao governo levou-o a afastar-se da lealdade do povo”, concordou outro malufista, Maçao Tadano (PDS-MT). E o próprio Fábio Lucena, do PMDB, intensificou as críticas a Ulysses, “que votou sim num dia e votou não no outro dia”. E concluiu: “O Congresso Nacional rebaixou-se diante das pressões das Forças Armadas”.

Contestação

No Exército, o clima ontem era de satisfação pela rejeição da emenda Uequed, embora alguns oficiais não escondessem certa apreensão por duas questões salientadas durante a votação. Uma delas é a quebra do acordo feito pelas lideranças; a outra, a veiculação da idéia, que eles consideram errônea, de que teria havido pressão dos militares.

Na verdade, contudo, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, tiveram uma conversa no dia anterior à votação. Pimenta teria revelado, segundo se informou, as dificuldades que estava enfrentando na votação da questão da anistia. O general Leônidas, então, confirmou seu ponto de vista já formulado no acordo entre os ministros militares e as lideranças políticas, e salientou que o Exército mantinha sua posição de não negociar a anistia.

Essa intransigência dos ministros militares sobre um problema das Forças Armadas, mas que necessariamente tem de passar pela legislação do Congresso, não é vista pelos militares como pressão. Eles alegam que um acordo nesse sentido já tinha sido acertado. E justificam essa intransigência alertando para os problemas disciplinares que poderiam ocorrer dentro de cada Força, se fosse aprovada, como dizem a reintegração de “ladrões”, “oportunistas” e “maus elementos”.

A questão de ter havido ou não pressão dos militares também foi motivo ontem para que uma influente fonte do Palácio do Planalto se apressasse a garantir que em nenhum momento houve uma ameaça de crise militar, caso a emenda Uequed fosse aprovada.

O mesmo informante assegurou que a reunião que Sarney convocou entre os líderes partidários, na última quarta-feira, tinha por objetivo “apenas lembrar que havia um acordo” — e que deveria ser cumprido. “Mas não houve exacerbação de ânimos, pois o presidente confiava na manutenção da palavra empenhada por seus líderes aos ministros militares.”

Explicação

Mesmo assim, houve rebelião entre os peemedebistas, pois 11 dos 24 vice-líderes ignoraram a posição do governo na matéria. A explicação para esse comportamento foi encontrada pelo deputado Alencar Furtado.

— Os líderes não escutam os liderados nem articulam negociações”, esclareceu Furtado, com a autoridade de quem já foi líder do PMDB. E ele ainda atribui essa reação ao que chama de “mau tratamento” que os ministros de Estado dispensam aos senadores e deputados que compõem a Aliança Democrática.

“Por causa disso, a grande maioria da bancada adota posições independentes da liderança”, acrescentou Furtado, que identifica dois problemas do Legislativo: “Internamente, a liderança não houve ninguém e não promove articulações. Externamente, os deputados são tratados com desatenção. Então, quando o governo precisa deles, dão voto revanchista, porque não recebem a consideração normal a que têm direito”.

ANC 88

Pasta 10/85-2

132/1985